

LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: LEITURA DO POEMA “MORTE DO LEITEIRO”, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (UMA HOMENAGEM A ANTONIO CANDIDO)

Luciano Marcos Dias Cavalcanti¹

RESUMO: Neste texto pretendemos fazer uma homenagem singela ao nosso crítico maior, Antonio Candido, por meio da leitura de seu texto “O direito à literatura”, que revela o olhar do crítico para a relação estreita entre Direitos Humanos e Literatura, um tema fundamental para os tenebrosos tempos atuais, assim como também para revelar a importância da leitura do texto literário para formação integral do homem. Na tentativa de evidenciar a relação entre Direitos Humanos e a Literatura, faremos a leitura do poema “Morte do leiteiro”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em *A rosa do povo*, em 1945. No poema, que assume uma narrativa próxima da crônica, temos a expressão de aspectos que emolduram a construção de nossa sociedade, tais como a desigualdade social e os privilégios de classe, fazendo com que reflitamos sobre os Direitos Humanos e o papel da Literatura na organização de um país mais justo e menos desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Literatura; Antonio Candido; Carlos Drummond de Andrade

ABSTRACT: In this text we intend to make a simple tribute to our greatest critic, Antonio Candido, through the reading of his text “O direito à literatura”, which reveals the critic's view of the close relationship between Human Rights and Literature, a fundamental theme for the dark times today, as well as to reveal the importance of reading the literary text for the integral formation of man. In an attempt to highlight the relationship between Human Rights and Literature, we will read the poem “Morte do leiteiro”, by Carlos Drummond de Andrade, published in *A rosa do povo*, in 1945. In the poem, which assumes a narrativity close to the chronicle, we have the expression of aspects that frame the construction of our society, such as social inequality and class privileges, causing us to reflect on human rights and the role of Literature in the organization of a fairer and less unequal country.

KEYWORDS: Human Right; Law to Literature; Literature; Antonio Candido; Carlos Drummond de Andrade

Para Geraldo Cavalcanti, que imprimiu em seus irmãos mais moços o gosto pela leitura e pelo saber.

Antonio Candido escreveu “Direito à literatura”, em 1988, para uma palestra que fez sobre Direitos Humanos destinada a assistentes sociais². Nesse texto, o crítico define a literatura de maneira bastante ampla:

¹ Doutor em Teoria e História Literária pelo IEL/UNICAMP, Docente da Graduação e do Mestrado em Letras e do Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor). E-mail: prof.luciano.cavalcanti@unincor.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9219777786891977>

² Em 1988, período pós-ditadura, quando Antonio Candido proferiu a palestra “Direitos humanos e literatura”, que originou o texto “O direito a literatura” (incluído nas edições revistas e ampliadas de *Vários escritos*). O tema dos direitos humanos era extremamente relevante para toda a vida nacional, pois foi o momento em que a Assembleia Constituinte aprovava o fim da censura, da tortura e a defesa à liberdade de expressão. De acordo

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 1995, p. 174)

Para o crítico, a literatura é um direito que não pode ser negado ao homem, por apresentar-se como uma necessidade inerente ao ser humano, que possibilita aos indivíduos sonhar, imaginar e fabular, por modos diversos, pela poética, pelo drama ou pela ficção. Essa concepção dada por Antonio Candido revela as duas funções da literatura: a de promover a integração entre ela e a sociedade e sua função humanizadora e transformadora do indivíduo. Dessa maneira, a literatura teria o poder de ampliar a capacidade de alteridade do ser humano frente ao seu semelhante, por meio da reflexão, do pensamento organizado, transformando o caos em que vivemos em um cosmos, ou seja, um mundo organizado.

Outra formulação importante feita pelo crítico é entender a literatura como um bem incompreensível da humanidade. Isto é, um bem que não pode ser negado ao ser humano, por ser fundamental a ele, comparado mesmo ao alimento, à moradia e ao vestuário. Isso, é claro, se essa sociedade se pretende justa e civilizada. Portanto, excluir a fruição da literatura seria como mutilar os membros de uma sociedade, negando-lhes um recurso imprescindível para a expressão dos sentimentos e da organização do pensamento do indivíduo social.

No entanto, a incompressibilidade concebida por Antonio Candido não se conforma de maneira espontânea e acessível a todas as pessoas. Para o crítico, a incompressibilidade da literatura está diretamente ligada aos problemas sociais graves vividos pela sociedade brasileira, que não permite o acesso de seus membros à fruição do texto literário. Por isso mesmo a literatura é compreendida de maneira ampla. Segundo o crítico,

O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com a maior dureza a estratificação das possibilidades, tratando como se fossem compressíveis muitos bens materiais e espirituais que são incompressíveis.

com Aguiar, “Pode-se dizer que a conferência culmina um ciclo do pensamento de Antonio Candido, iniciado em 1975 com os Debates do Teatro casa Grande, no Rio de Janeiro, ainda em plena ditadura militar, onde Antonio Candido apresentou uma reflexão sobre as vanguardas literárias. De um modo geral, pode-se dizer que esse ciclo ou momento se dá na moldura da intensificação das lutas pelas liberdades democráticas e pelos direitos humanos no Brasil, depois da histórica eleição de 1974, primeira desde o golpe militar de 1964 em que o partido da ditadura saiu claramente derrotado das urnas. São marcos mundiais desse momento o fim da guerra do Vietnã, em 1975, com a vitória dos Vietcongs e do Vietnã do Norte contra o Vietnã do Sul e os Estados Unidos, e a queda do muro de Berlim, em 1989, começo do fim dos regimes comunistas e da União Soviética, derrotada na Guerra Fria pelo *hegemon* do capitalismo ocidental, a partir daí mundial.” Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/31/o-direito-a-literatura-no-seculo-xxi-uma-homenagem-a-antonio-candido-por-flavio-aguiar/>. Acesso em 22 de mar. 2020.

Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e pobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas. (CANDIDO, 1995, p. 186)

Nesse sentido, o crítico reivindica o acesso amplo das manifestações literárias para toda população. Para Candido, além da fruição com artefatos literários provenientes da cultura popular e da cultura de massas, o indivíduo também deve ter o direito de fruir a cultura erudita, que lhe é negada. Isso ocorre justamente pela falta de igualdade de condições econômicas e educacionais entre os indivíduos, construída pela estratificação de nossa sociedade, injusta e elitista. Dessa forma, o crítico reclama que seja garantida a essa grande parcela da população (dos menos favorecidos) a fruição de uma literatura mais complexa e erudita, o que só ocorrerá por meio da organização mais igualitária de seus bens: “Para que a literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens. (CANDIDO, 1995, p. 186)

É bom esclarecer que a concepção de literatura erudita de Antonio Candido está estreitamente ligada a melhor eficácia estética da literatura – dos vários e complexos recursos literários organizados pelo escritor, que consegue elaborar de maneira mais ampla a complexidade do humano inserido no mundo ou mesmo em seu plano metafísico – e não a uma ideia valorativa de uma manifestação literária. Na concepção do crítico, a realização plena da literatura se dá por meio dos seguintes termos unidos e inseparáveis: “1) construção de objetos autônomos como estrutura e significado, 2) manifestação da expressão de emoções e visão de mundo de grupos e de indivíduos, e 3) forma de conhecimento incorporado difusa e inconscientemente” (CANDIDO, 1995, p. 176). Dessa maneira, a humanização proporcionada pela leitura do texto literário se dá por processos amplos:

Entendo aqui por humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1995, p. 180)

Ao privilegiar a obra erudita, o autor não exclui as literaturas ditas menores (aquelas excluídas do cânone literário) nem a literatura participante (engajadas em suas reivindicações políticas e sociais). O que está no centro da discussão não é a valorização ou negação de determinadas modalidades de literatura, mas reivindicação de uma sociedade justa em que a literatura, em suas várias manifestações, é considerada direito de todos e, por conseguinte, esteja ao alcance de todos os indivíduos que formam uma sociedade. Isso fica bem visível quando o crítico diz que

Nas sociedades que procuram estabelecer regimes igualitários, o pressuposto é que todos devem ter a possibilidade de passar dos níveis populares para os níveis eruditos como consequência normal da transformação de estrutura, prevendo-se a elevação sensível da capacidade de cada um graças à aquisição cada vez maior de conhecimentos e experiências. Nas sociedades que mantêm a desigualdade como norma, e é o caso da nossa, podem ocorrer movimentos e medidas, de caráter público ou privado, para diminuir o abismo entre os níveis e fazer chegar ao povo os produtos eruditos. **Mas, repito, tanto num caso quanto no outro está implícita como questão maior a correlação dos níveis.** (CANDIDO, 1995, p. 188, grifos nossos.)

O crítico conclui que lutar a favor dos Direitos Humanos compreende uma série de questões, nas quais está o acesso do indivíduo aos mais diversos níveis de cultura:

A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 1995, p. 262-263)

Em um contexto pós ditadura militar, é relevante o aspecto contraditório vivido em nossa sociedade, no que diz respeito aos Direitos Humanos, conforme apontado pelo crítico, na medida em que quanto mais racional e técnica é a nossa sociedade, capaz de resolver inúmeros “problemas materiais do homem”, mais tem sido bárbara:

No entanto, a irracionalidade do comportamento é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade. Assim, com a energia atômica podemos ao mesmo tempo gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com o incrível progresso industrial aumentamos o conforto até alcançar níveis nunca sonhados, mas excluímos dele as grandes massas que condenamos à miséria; em certos países como o Brasil, quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os mesmos meios que permitem o progresso podem provocar a degradação da maioria. (CANDIDO, 1995, p. 169)

Estas palavras do crítico infelizmente ainda são pertinentes no nosso tempo, que mesmo com o desenvolvimento tecnológico e sua pseudo “democratização” em seus vários suportes, tem negado o direito à literatura e à humanização promovida por ela. Uma prova disso é evidenciada pela proibição de vários importantes autores brasileiros e estrangeiros pela Secretaria Estadual da Educação de Rondônia, exercida pelo secretário coronel Marcos Rocha (PSL), que determinou o recolhimento de 43 obras literárias de bibliotecas das escolas do Estado, alegando que seus conteúdos eram “inadequados às crianças e adolescentes”. Alguns dos autores censurados são, por exemplo, Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar, Nelson Rodrigues, Rubem Fonseca, Edgar Allan Poe, Mário de Andrade e Franz Kafka, e obras canônicas da literatura brasileira, como *Macunaíma*, *Os Sertões* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*³. Além do caráter estapafúrdio da situação, vale a pena nos questionarmos: as obras seriam inadequadas em que sentido?

Em 2012, o crítico literário Flávio Aguiar, em um texto em homenagem a Antonio Candido, denominado “O direito à literatura no século XXI: uma homenagem a Antonio Candido”, apresentado durante a programação da *VIII Semana de Ciências Sociais da USP*, lembra a cerimônia de queima de livros considerados subversivos ao “caráter alemão”, de maio a junho de 1933⁴. Esses fatos ocorridos na Alemanha Nazista, como os fatos mencionados no Norte do Brasil, nos leva, como fez o crítico, a voltar ao texto de Antonio Candido, que revela o que ele chamou de “‘traços essenciais da humanidade’, a que a fruição da literatura e o direito a ela estão ligados”. Nesse sentido, ele ressalta desde o “exercício da reflexão” e a “aquisição do saber”, passando pelo “afinamento das emoções” e

³ Ver lista completa dos autores proibidos e Memorando-Circular nº 4/2020/SEDUC-DGE da Secretaria de Educação de Rondônia no site: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/02/macunaima-e-os-sertoes-conheca-a-lista-de-livros-que-o-governo-bolsonarista-de-rondonia-queria-proibir/>. Acesso em 22 de mar. 2020.

⁴ O crítico nos informa que “70 mil pessoas, na maioria jovens estudantes, participaram do ato. Os livros vieram de toda Berlim, não apenas da Universidade e da Faculdade próximas. Vinham em carroças carregadas, acompanhadas por milhares de jovens, muitos fardados com os uniformes pardos das SA ou negros das SS hitleristas, e por professores em vestes talares. Na própria praça estiveram 40 mil. Foram incinerados 25 mil livros de diversa procedência: Bertolt Brecht, Heinrich Mann, Franz Kafka, Stefan Zweig, Erich Maria Remarque, Walter Benjamin, Ernest Hemingway, John Dos Passos, Rosa Luxemburgo, Sigmund Freud, Karl Marx, e muitos e muitos outros. Uns foram trazidos à pira por serem autores judeus, outros, comunistas, outros social-democratas, ou ainda liberais, alguns por algumas dessas razões acumuladas. O nome da praça homenageia hoje um dos autores condenados, o militante socialista August Bebel. Esteve presente o Ministro da Propaganda do regime nazista, Joseph Goebbels. Em seu discurso, proclamou que daquelas cinzas renasceria o “novo homem germânico, livre do intelectualismo judaico”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/31/o-direito-a-literatura-no-seculo-xxi-uma-homenagem-a-antonio-candido-por-flavio-aguiar/>. Acesso em 22 de mar. 2020.

“a capacidade de penetrar nos problemas da vida”, ao “senso de beleza” e “a percepção da complexidade do mundo e dos seres”, relembra Aguiar (2012, s/p)

Assim, Aguiar diz que as cenas de queimas de livros na Alemanha Nazista – e porque não, a censura a obras literária no Brasil contemporâneo – evocam “outros traços essenciais da humanidade”, tais como:

- 1) A negação da reflexão como estratégia de dominação;
- 2) A satisfação com a própria ignorância e a dos outros, e seu estímulo programado;
- 3) O embrutecimento das emoções;
- 4) O ódio ou o desprezo pelo próximo, e sua indução individual e coletiva;
- 5) A capacidade de fugir ou negar os problemas da vida através de fantasias fanatizantes;
- 6) A fixação num único ideal de beleza, em geral narcisista, e a destruição de outras formas do belo como repugnantes, decadentes ou impuras;
- 7) A simplificação fanática do mundo e dos seres, em geral de forma maniqueísta e auto-complacente;
- 8) Last, but not least, o cultivo do ressentimento e do amargor, e a confusão do humor com o sarcasmo destruidor do outro. (AGUIAR, 2012, s/p.)

Aguiar afirma que a enumeração acima não é feita para negar os valores apontados por Antonio Candido, mas, justamente, para confirmá-los, evidenciando-nos que a lista do crítico busca combater estes “valores” antagônicos.

A síntese do texto “O direito à literatura”, apresentada na primeira parte deste artigo, serve como uma homenagem singela ao nosso crítico maior, evocando sua sensibilidade e sentimento de justiça social, revelados com precisão no modo como ele reivindica a literatura como um direito essencial do indivíduo, mas também como ponto de partida para uma leitura do poema “Morte do leiteiro”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em *A rosa do povo*, em 1945.

“Morte do leiteiro”, de Carlos Drummond de Andrade

No “Posfácio – A poesia é ainda necessária?”, de *O ser e o tempo da poesia*, Alfredo Bosi nos diz que:

Identificando-se com a linguagem dos primeiros homens, a poesia lhes deu o abrigo da memória, os tons e as modulações do afeto, o jogo da imaginação e o estímulo para refletir, às vezes agir. Se acolhemos os terrenos da meditação que Hiedegger empreendeu em torno do poético, diremos que antes de ser sentimento e pensamento, memória e fantasia, a linguagem-poesia foi, para a humanidade emergente, a “casa do Ser”. A expressão tem alcance ontológico, mas pode ser interpretada existencialmente: **a**

linguagem permite que as coisas ganhem um sentido público e comunicável na teia intersubjetiva. (BOSI, 2010, p. 259-260, grifos nossos)

Mesmo com o “desencantamento do mundo”, como marca do capitalismo moderno, diz o crítico que “A poesia sobreviveria não só no ato de ressignificar e, não raro, reencantar pessoas, coisas e eventos, mas também ao recolher-se em si mesma, palavra que se dobra sobre a palavra.” (BOSI, 2010, p. 259-260). Nesse sentido, o crítico acredita que “a poesia dá existência (faz aparecer) o humano oculto no mudo”. Portanto,

A poesia seria hoje particularmente bem-vinda porque o mundo onde ela precisa substituir tornou-se atravancado de objetos, atulhado de imagens, aturdido de informações, submerso em palavras, sinais e ruídos de toda sorte. *Muito se fala sobre o nada. Então vem o poeta e divisa na massa amorfa que passa pela rua uma figura humana, mulher, homem, velho, jovem, criança; em um relance, o que era sombra errante vira gente.* O que era opaco transparece varado pela luz da percepção amorosa ou perplexa, mas sempre atenta. **Aquele vulto que parecia vazio de sentido começa a ter voz, até mais de uma voz, vozes.** Irrompe o fenômeno da expressão. Quem tem ouvidos, ouça! (BOSI, 2010, p. 259-260, grifos nossos)

De acordo com o crítico, a poesia tem o poder de revelar tudo aquilo que está invisível (escondido) aos olhares do mundo estabelecido, o qual direciona sua visão apenas para a superfície do consumo, deixando de lado o próprio homem, suas “coisas” e “atos”. A isso se soma o poder de síntese da poesia que revela, em poucos versos, o que os textos enciclopédicos, sociológicos e psicológicos necessitam de inúmeras páginas.

É nesse sentido que passamos a evidenciar o caráter humanizador do texto literário, “como direito à fabulação com liberdade, no âmbito das lutas pelos direitos humanos, como conquista individual e patrimônio coletivo” (AGUIAR, 2012, s/p) por meio do poema “Morte do leiteiro”, publicado por Carlos Drummond de Andrade em *A rosa do povo*, em 1945, subsequente ao término da 2ª Guerra Mundial. E meio, portanto, ao crescimento do fascismo, à ditadura do governo Vargas e ao grande desenvolvimento técnico da modernidade científica.

De acordo com Achar, em *A rosa do povo* podemos observar “o envolvimento do autor na problemática social, através da atitude de denúncia e revolta diante das injustiças sociais, assim como da expressão de uma esperança utópica, de fundo socialista” (ACHAR, 1993, p. 12). O crítico acredita que outro núcleo temático do livro é “a tentativa de interpretação de ‘estar no mundo’, do ‘estar aqui’, sobre o que está ‘no meio do caminho’”.

(ACHAR, 1993, p. 15). Neste livro, é possível notar os principais motivos da obra de Drummond, a presença do

[...] verso livre e a extrações irregulares se alteram com os versos de métrica tradicional dispostos em estrofes regulares; o estilo é “puro” (elevado “poético”), ora é mesclado (mistura de elevado e vulgar, sério e grotesco) [...] celebrado como ponto alto da poesia de participação social, é, ao mesmo tempo marco da linguagem modernista, por sua expressão vigorosa e arrojadamente inventiva. (ACHAR, 2000, p. 48)

O livro *A rosa do povo* é tomado por duas questões centrais para o poeta: a participação político-social e a linguagem poética, que se amalgamam de maneira que o poema se realiza por meio da junção entre forma e conteúdo, tendo como síntese um organismo. É dessa maneira que o poeta consegue superar o panfletário político e revelar um sentido universal em seus poemas. Desse modo, a poesia é um jogo com a linguagem e um jogo com a vida, ou, como disse John Gledson, a respeito do livro, nele, Drummond “está consciente da importância e do alcance de sua poesia, da sua capacidade de refletir o mundo contemporâneo, de exprimir os sentimentos não só dele mesmo como também de seus semelhantes.” (GLEDSON, 1981, p. 163). Portanto, o centro do livro é unidade do poeta/da linguagem poética com os acontecimentos do mundo.

Nesse caso, é possível falar de uma postura de engajamento do poeta, emoldurada no trabalho com a linguagem, que constrói o poema. Isso porque engajar compreende a tomada de uma direção, o alinhamento com uma perspectiva que compreende a importância do outro:

No sentido figurado, engajar-se é desde então tomar certa direção, fazer a escolha de se integrar numa empreitada [...]. Por conseguinte, e sempre de modo figurado, engajar-se consiste em *praticar uma ação*, voluntária e efetiva, que manifesta e materializa a escolha efetuada conscientemente. (DENIS, 2002, p. 32, itálicos do autor)

É visível o uso da linguagem coloquial em “Morte do leiteiro”, o que coloca sua narratividade próxima da crônica, gênero literário também praticado pelo poeta por muitos anos. Para Flora Sussekind, o trabalho de Drummond como cronista

[...] foi uma peça fundamental na formação desse pacto de não estranhamento de um modo de ver as coisas, o cotidiano, semelhante ao de qualquer leitor potencial de jornais em que trabalhou. Poeta com olhos de cronista, cronista com olhos de poeta [...] A poesia-crônica não trabalha com cores, mas sobretudo com reestruturações. Daí a aproximação da linguagem da prosa e do coloquialismo do texto e do jornal [...] Drummond escolhe a ampliação e o estreitamento dos laços com o leitor. Daí a literatura em estado de crônica. Daí o uso consciente de dispositivos jornalísticos, do cimento da prosa. (SUSSEKIND, 1987, p.11)

“Morte do leiteiro” é composto por nove estrofes e oitenta e oito versos, construído em forma de uma crônica narrativa, na qual se conta um acontecimento casual retirado de uma notícia de jornal. Fazendo uso de uma linguagem coloquial, poema conta uma história cotidiana de um homem humilde, recurso que aproxima imediatamente o leitor do texto, que segue de maneira linear: apresentação da cena narrativa (verso 1 ao 50), âmago do acontecimento, seu ápice (verso 51 ao 78) e conclusão da ocorrência (verso 79 ao 88). A essa estrutura, soma-se a presença de personagens, como o leiteiro e seu algoz. O espaço da narrativa se localiza em um bairro da cidade, na Rua Namur, havendo uma perspectiva narrativa que se assemelha ao uso do narrador em terceira pessoa (o que faz dele um espectador da ocorrência), notado no uso de verbos de ação como “correndo” e “acordou”. Não há nas estrofes do poema uma métrica regular, mas em sua maioria temos heptassílabos e octassílabos. Apenas a primeira estrofe apresenta um metro regular 8 (1-4-8) e 8 (1-3-5), distribuídos em uma sequência. A predominância é de versos brancos.

Antonio Candido, em “Inquietudes na poesia de Drummond”, aponta-nos a maneira expressiva como Drummond desenvolve seu poema:

[...] a faculdade de extrair do acontecimento ainda quente uma vibração profunda que o liberta do transitório, inscrevendo-o no campo da expressão. É o que faz Drummond, não apenas com os sucessos espetaculares da guerra e da luta social, mas com a morte do entregador de leite baleado pelo dono da casa, que o tomou por um ladrão. (CANDIDO, 1977, p. 109)

Tal perspectiva se alinha ao “o gosto pelo cotidiano”, uma espécie de cronista de seu tempo, presente em sua poesia social. Para Candido,

A poesia social de Drummond deve ainda a sua eficácia a uma espécie de alargamento do gosto pelo cotidiano [...] e inclusive explica a sua qualidade de excelente cronista em prosa. Ora, a experiência política permitiu transfigurar o cotidiano através do aprofundamento da consciência do outro. Superando o que há de pitoresco e por vezes anedótico na fixação da vida de todo dia, ela aguçou a capacidade de apreender o destino individual na malha das circunstâncias e, deste modo, deu lugar a uma forma peculiar de poesia social, não mais no sentido político, mas como **discernimento da condição humana** em certos dramas corriqueiros da sociedade moderna. (CANDIDO, 1977, p. 108-109, grifos nossos)

“Morte do Leiteiro” narra a vida cotidiana de um homem simples, um entregador de leite, que termina inesperadamente e/ou dramaticamente com sua morte.

Há pouco leite no país,
é preciso entregá-lo cedo.
Há muita sede no país,

é preciso entregá-lo cedo.
Há no país uma legenda,
que ladrão se mata com tiro. (ANDRADE, 1998, p. 134)

Em sua primeira estrofe, temos o mote do périplo cotidiano do pobre personagem: “há pouco leite no país,/ é preciso entregá-lo cedo”. É a partir dessa constatação, de que não há bastante leite no Brasil e é preciso entregá-lo antes que se azede, que inicia a ação narrativa. O motivo da falta do leite está diretamente ligado ao contexto histórico, econômico e social que vive o país nos anos 1940. Sequencialmente, acrescenta-se a falta do leite e a urgência de tomá-lo, visto que “há muita sede no país,/ é preciso entregá-lo cedo”, o que, metaforicamente, pode ser entendido, levando em conta o contexto histórico, que a fome também está ligada ao desejo/sede por justiça e liberdade.

De acordo com Candido, Drummond, em um momento participante de sua poesia, “procede a uma fecundação e a uma extensão do fato, para chegar a uma espécie de discreta epopeia da vida contemporânea. Isto talvez se ligue à capacidade de injetar fantasia nas coisas banais...” (CANDIDO, 1977, p. 109). É justamente isso, uma espécie de epopeia contemporânea realizada por um homem simples – um anti-herói moderno –, que evidenciam os versos finais da primeira estrofe: “há no país uma legenda,/ que ladrão se mata com tiro”. Esse anti-herói, premonitoriamente por meio de uma crença popular, é levado à morte. Portanto, esse herói moderno é trágico, sua viagem não apresenta grandes feitos, não há grandes aventuras, realizações amorosas, atos de coragem, mas um fim banal.

Então o moço que é leiteiro
de madrugada com sua lata
sai correndo e distribuindo
leite bom para gente ruim.
Sua lata, suas garrafas
e seus sapatos de borracha
vão dizendo aos homens no sono
que alguém acordou cedinho
e veio do último subúrbio
trazer o leite mais frio
e mais alvo da melhor vaca
para todos criarem força
na luta brava da cidade (ANDRADE, 1998, p. 135)

Este virtuoso anti-herói drummondiano é contraposto à ruindade de seus convivas, ele “sai correndo e distribuindo/ leite bom pra gente ruim.” Ele é figurado como um sujeito humilde e pobre: “e veio do último subúrbio”. E é consciente do cumprimento de seu dever;

cuidadoso, sabe que não pode interromper o sono de quem partirá para a labuta do dia a dia: “e seus sapatos de borracha/ vão dizendo aos homens no sono/ que alguém acordou cedinho”. Acrescenta-se a isso o empenho desse indivíduo simples e altruísta para fornecer o alimento para os habitantes da cidade, mesmo que seja para pessoas más: “gente ruim”. O leiteiro não mede esforços para realizar seu trabalho, exercendo sua função de maneira digna, oferece o que tem de melhor, seu leite é “[...] mais frio/ e mais alvo da melhor vaca”.

A estrofe seguinte narra o cotidiano do trabalho do leiteiro: apressado, mecânico, decidido.

Na mão a garrafa branca
não tem tempo de dizer
as coisas que lhe atribuo
nem o moço leiteiro ignaro,
morador na Rua Namur,
empregado no entreposto,
com 21 anos de idade,
sabe lá o que seja impulso
de humana compreensão.
E já que tem pressa, o corpo
vai deixando à beira das casas
uma apenas mercadoria. (ANDRADE, 1998, p. 135)

Nessa estrofe também é revelada a pouca educação formal do jovem de 21 anos de idade, “ignaro”, que não conhece “o que seja impulso”, ou seja, é um indivíduo maquinal, um autômato, que repete seu trabalho cotidianamente sem se deixar levar por desejos que o impeça de realizar suas funções. É uma espécie de homem máquina, que trabalha, trabalha e trabalha... “[...] o corpo/ Vai deixando a beira das casas”. Que pode também prenunciar seu final trágico. Fernando Costa, no livro *Homens invisíveis*, aponta, a respeito dessa servidão trabalhista, que o mundo do capital “não hesita [em] reduzir trabalhadores à condição de operários”, reproduzindo “um mundo ancestralmente habituado à desigualdade; o senhor e o servo precedem o patrão e o operário. Houve refiguração moderno-industrial da servidão, muitas vezes logrando acobertá-la” (COSTA, 2004, p. 42). Tal perspectiva fica bastante clara na estrofe seguinte do poema, na qual vemos a submissão do leiteiro a um patrão não nomeado, sem rosto, visto que são todos os fregueses, que não podem ser incomodados com a figura daquele que presta o serviço de entrega do leite.

Na quarta estrofe, o leiteiro deixa de ser um indivíduo (“ele”) e se transfigura em “nós”, ou seja, ele representa uma grande parcela da população trabalhadora brasileira ou mesmo quem se identifica com ele.

E como a porta dos fundos
também escondesse gente
que aspira ao pouco de leite
disponível em nosso tempo,
avancemos por esse beco,
peguemos o corredor,
depositemos o litro...
Sem fazer barulho, é claro,
que barulho nada resolve (ANDRADE, 1998, p. 135-136)

Há um processo claro de alteridade nesse verso, no qual o leitor do poema se identifica com a pobre figura do leiteiro. Suas ações são nossas também: “avancemos”, “peguemos”, “depositemos”. A estrofe ainda parece preparar e/ou indicar ao leitor o fim trágico da personagem, pois sabe que se tem que precaver contra “o barulho” para não ativar o ódio de alguém. Ou, talvez, represente a ordem do momento histórico que exige silêncio e que cumpramos nosso “dever” sem nenhum tipo de reivindicação.

Meu leiteiro tão sutil
de passo maneiro e leve,
antes desliza que marcha.
É certo que algum rumor
sempre se faz: passo errado,
vaso de flor no caminho,
cão latindo por princípio,
ou um gato quizilento.
E há sempre um senhor que acorda,
resmungando e torna a dormir (ANDRADE, 1998, p. 136)

Na quinta estrofe, o eu lírico refere-se ao leiteiro na terceira pessoa: “Meu leiteiro tão sutil”, evidenciando de maneira inequívoca a delicadeza dos movimentos e o cuidado do entregador de leite para não incomodar nenhuma pessoa que descansa em seu sono. Mas ele também informa que ocorrências desagradáveis e imprevisíveis podem acontecer. Algum descuido ou ações sem controle pode desencantar alguém que esteja dormindo, irritando-o. Mesmo com todo cuidado, o leiteiro tem que lidar com o acaso que pode transformar em desastre toda sua ação arquitetada cuidadosamente para que a sequência de sua vida, e de todos que recebem seu leite, continue a mesma.

A estrofe seguinte expõe o clímax da “caminhada” do leiteiro.

Mas este acordou em pânico
(ladrões infestam o bairro),
não quis saber de mais nada.
O revólver da gaveta
saltou para sua mão.
Ladrão? se pega com tiro.

Os tiros na madrugada
liquidaram meu leiteiro.
Se era noivo, se era virgem,
se era alegre, se era bom,
não sei,
é tarde para saber. (ANDRADE, 1998, p. 136)

Um morador acorda em pânico ao escutar um barulho que pode representar um perigo à sua vida, pois, afinal, “ladrões infestam o bairro”. A violência é iminente, todos a temem e, por isso, sentem a necessidade de se proteger. Para isso, o “cidadão de bem” utiliza-se de uma arma para se guardar, matando o possível infrator, que o tira de seu sono e que quer assaltá-lo. É patente aqui a denúncia da segurança pública ineficaz, e, muito mais do que isso, da violência sendo exercida de maneira natural e inconsequente (“o revólver da gaveta/ saltou para sua mão”), atingindo um indivíduo pobre, íntegro e trabalhador que merece todo respeito do Estado e de todo mundo social, como também de quem ele entrega o leite. Toda essa ação inconsequente é justificada pela falácia de que “ladroão? se pega com tiro.” A solução para a violência estrutural causada e cultivada pelo Estado é transferida para o indivíduo despreparado e inconsequente, fruto das relações desiguais promovidas pela sociedade. Assim, a violência estrutural, fundante de nossa sociedade, que está “embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e conseqüentemente como chances desiguais de vida” (GALTUNG apud CONTI, 2016, s/p), que emoldura a escravidão, por exemplo, aponta para outra ordem de violência, a cultural, que aparece como “legitimadora ou justificadora de uma violência” (CONTI, 2016, s/p), naturalizando as relações de dominação:

Por violência cultural nós queremos dizer aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificada pela religião e a ideologia, a linguagem e a arte, a ciência empírica e formal (lógica, matemática) – que pode ser utilizada para justificar ou legitimar a violência direta⁵ ou estrutural. (GALTUNG apud CONTI, 2016, s/p).

É interessante notar o posicionamento do eu lírico do poema que novamente se aproxima do leiteiro, como já tinha feito no primeiro verso da quinta estrofe, pois ele é o seu leiteiro, “Os tiros na madrugada/ liquidaram meu leiteiro”, aproximando-se, assim, do indivíduo anônimo, humilde, trabalhador e honesto, seu igual, por meio da morte.

Em um sexteto, na sétima estrofe, o assassino do leiteiro toma consciência de que seu ato exterminou a vida de um trabalhador inocente e foge sem assumir a culpa.

⁵ A violência direta é aquela que identifica atores sociais (agressor e agredido) a partir de um acontecimento ou evento. (Cf. CONTI, 2016, s/p), como se dá no poema de Drummond.

Mas o homem perdeu o sono
de todo, e foge pra rua.
Meu Deus, matei um inocente.
Bala que mata gatuno
também serve pra furtar
a vida de nosso irmão (ANDRADE, 1998, p. 136)

Há também a constatação que a mesma bala que serve para matar um ladrão igualmente mata um inocente, resultado da ação inconsequente de quem guarda em sua residência uma arma de fogo para se proteger. A consequência da ação, que concebe a tragédia, é a morte de “nosso irmão”, ou seja, o leiteiro é transformado em irmão de todos nós, aproximando a tragédia pessoal do jovem leiteiro para o centro de nossa família, entendendo a sociedade como uma organização social em que todos somos irmãos.

Na oitava estrofe, uma novena, revela-se a complexidade da desigualdade de classes do país. Não se pode prender o assassino, pois ele tem família, ele tem “pai”, ou seja, um sobrenome, que o protege, ele tem recursos.

Quem quiser que chame médico,
polícia não bota a mão
neste filho de meu pai.
Está salva a propriedade.
A noite geral prossegue,
a manhã custa a chegar,
mas o leiteiro
estatelado, ao relento,
perdeu a pressa que tinha (ANDRADE, 1998, p. 136-137)

O jovem leiteiro acabado, ao chão, “estatelado, ao relento”, não tem com quem contar. Seu corpo caído ao relento não se move mais. A pressa acabou, a vida corrida acabou na lida sofrida de seu dia a dia inglório. Notamos duas vidas distintas, duas classes distintas, dois destinos distintos, revelando o retrato da sociedade desigual brasileira, formada pelo *status* familiar e uma espécie de compadrismo/clientelismo entre as classes favorecidas, que não são culpabilizadas legalmente por seus crimes. Afinal, o importante é salvar a propriedade: “Está salva a propriedade”. Isso porque, conforme observa Marilena Chauí, em *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*, “a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressões dos interesses diretos de grupos e classes diferenciados e/ou antagônicos” (CHAUI, 2001, p. 96), eliminando o espaço de resistência das pessoas pobres.

Na última estrofe, o cenário é de silêncio após o crime ocorrido e a vida acabada. Em uma imagem contundente, de uma espécie de integração do cosmos com a morte de um pequeno indivíduo, simples, que vagava escondido na escuridão da madrugada, revela-se a mistura do sangue vermelho e o branco do leite que escorrem pelo chão, que se buscam e se tocam “suavemente”, “amorosamente”.

Da garrafa estilhaçada,
no ladrilho já sereno
escorre uma coisa espessa
que é leite, sangue... não sei.
Por entre objetos confusos,
mal redimidos da noite,
duas cores se procuram,
suavemente se tocam,
amorosamente se enlaçam,
formando um terceiro tom
a que chamamos aurora. (ANDRADE, 1998, p. 137)

A mistura do sangue vermelho do leiteiro e do branco do leite culmina em um terceiro tom rosa, a aurora, a claridade visível no céu antes do nascer do sol, que indica o começo do dia. Em um sentido mítico, é o encontro do leite com o sangue do humilde leiteiro que possibilita o nascimento do dia. No sentido figurado, aurora significa a infância, juventude, princípio da vida, agora findada, ou quem sabe continuada, assim como seguem a injustiça, a fome e a pobreza, por outro pobre leiteiro que percorrerá o mesmo caminho de seu predecessor.

Em entrevista a Rinaldo Gama, Alfredo Bosi caracteriza a poesia como a forma mais densa e mais intensa da expressão verbal, profundamente ligada às experiências mais íntimas e mais significativas do ser humano, expressão de sua subjetividade mais radical. Além dessa característica existencial e fundamental, a poesia tem também o papel de contradizer a generalidade abusiva das ideologias, em especial das ideologias dominantes. Para o crítico,

[...] há no sistema capitalista um uso constante, ideológico, da palavra, que procura convencer o usuário a transformar em mercadoria e a consumir toda mercadoria como bem supremo. Ora, nesse contexto particular, que nós estamos vivendo, que é uma sociedade de consumo, em que tudo passa a ter valor venal, **a palavra lírica soa como uma mensagem estranha porque ela se subtrai a esse império da ideologia, nos remete a certos traços humanos, universais, a certos sentimentos comuns, à humanidade, como a angústia em face da morte, a indicação em face da opressão enfim, a palavra lírica está em tensão com a ideologia dominante.** Nesse sentido, a poesia tende a amarrar duas vertentes; a vertente da poesia como expressão (o caráter expressivo, existencial da linguagem) e a vertente dialética, que

procura mostrar como a poesia traz uma voz original, muitas vezes estranha, mas de todo modo resistente à ideologia dominante. (BOSI, 2003, s/p, grifos nossos)

Nesse sentido, a poesia, como nos mostra Manuel Bandeira – e lembra T. S. Eliot –, também pode ajudar a

[...] romper o modo convencional de perceber e de julgar [...] e **faz ver às pessoas o mundo com olhos novos ou descobrir novos aspectos deste**. De quando em quando, ela pode dar-nos uma consciência mais ampla dos sentimentos profundos, ignotos, que formam o substrato do nosso ser, ao qual bem raramente acedemos; porque a nossa vida é, em geral, uma contínua evasão de nós mesmos e do mundo visível e sensível. (ELIOT, apud BOSI, 2003, p. 31, grifos nossos)

Por meio do poema de Drummond podemos observar como a literatura ocupa um lugar extremamente relevante para se estabelecer uma experiência de alteridade entre classes e/ou pessoas distintas, revelando ao leitor a humanidade de um trabalhador simples, inserido no mundo moderno. A partir da experiência do poema, vemos que a poesia aproxima o que parece se opor e possibilita o conhecimento do outro e de si mesmo, por meio da fabulação de uma história capaz de tocar com grande sensibilidade e perspicácia o leitor. Dessa maneira é preciso oportunizar ao indivíduo, por meio da educação e do contato íntimo com texto literário, o encontro com o outro/seu igual, para que se processe no indivíduo o desejo de compartilhamento de uma vida digna e gozosa, compatível com a expressão efetiva dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- ACHAR, Francisco. *A Rosa do Povo e Claro Enigma*: roteiro de leitura. São Paulo: Ática, 1993.
- ACHAR, Francisco. *Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- AGUIAR, Flávio. O direito à literatura no século XXI: uma homenagem a Antonio Candido. In: *Blog da Boitempo*. 31-05-2012. Endereço eletrônico: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/31/o-direito-a-literatura-no-seculo-xxi-uma-homenagem-a-antonio-candido-por-flavio-aguiar/>> Acesso em: 20-03-2020
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo. Poesia e Prosa*. Petrópolis: Ed. Nova Aguilar, 1998.
- BOSI, Alfredo. “Posfácio – A poesia é ainda necessária?”. *O ser e o tempo da poesia* – São Paulo: Cia das Letras 2010.
- BOSI, Alfredo. Sobre alguns métodos de ler poesia: memórias e reflexões. *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 2003.

BOSI, Alfredo. Entrevista a Rinaldo Gama: Poesia como resposta à opressão. *Revista FAPESP*, ed. 87. São Paulo, maio de 2003. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2003/05/01/poesia-como-resposta-a-opressao/>. Acesso em 21-03-2020.

CANDIDO, Antonio. Inquietudes na poesia de Drummond. *Vários Escritos*. 2ª ed., São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONTI, Thomas. Os conceitos de violência direta, estrutural e cultural. Maio de 2016. Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>. Acesso em 20 de mar. 2020.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 2002.

GLEDSON, Jonh. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SUSSEKIND, Flora. Um poeta invade a crônica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de agosto de 1987.

Artigo recebido em fevereiro de 2020.

Artigo aceito em abril de 2020.